



Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar III 2T2021

Índice

1 – Apresentação	3
1.1. Perfil Corporativo	3
1.2. Atuação durante a Pandemia do Covid-19	4
1.3. Principais Indicadores	5
2 – Gerenciamento de Riscos	5
2.1. Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais – KM1	5
2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição	7
a) Estrutura e Riscos Relevantes	7
b) Apetite por Riscos RAS	8
c) Riscos Relevantes	8
d) Governança e Gerenciamento de Riscos	8
e) Disseminação da cultura de riscos	10
f) Escopo e Principais Características	10
g) Processo de Reporte	11
h) Programa de Testes de Estresse – PTE	11
i) Processo de Mitigação	11
j) Gerenciamento de Capital	12
2.3. Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) – OV1	12
2.4. Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao Risco de Mercado – MR1	13
2.5. Qualidade creditícia das exposições - CR1	14
2.6. Mudanças no estoque de operações em curso anormal - CR2	14
2.7. Composição do Patrimônio de Referência (PR) - CC1	15
2.8. Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial - CC2	18
2.9. Instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) – CCA	19

1 – Apresentação

O presente documento apresenta as informações do BRB – Banco de Brasília S.A., exigidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen, por meio Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar III. Trata da divulgação dos conteúdos relevantes sobre a Gestão de Riscos e Capital, a apuração do Patrimônio de Referência (PR), do montante dos Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA), dos indicadores prudenciais e macroprudenciais, do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e da comparação entre as informações contábeis e prudenciais.

As informações possuem detalhamento adequado ao escopo requerido pelo Banco Central, bem como estão aderentes aos processos realizados na gestão de riscos adotados nessa Instituição. Essas informações são organizadas em tabelas divididas de acordo com as periodicidades de divulgação – trimestrais, semestrais e anuais –, conforme estabelecido pelo Bacen.

- No 1º trimestre do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais;
- No 2º trimestre do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais e semestrais;
- No 3º trimestre do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais;
- No 4º trimestre do ano, são divulgadas todas as tabelas.

As informações do Relatório de Pilar III são disponibilizadas no site público do BRB www.ri.brb.com.br e também na forma de dados abertos, disponíveis na página www.dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3 do Banco Central do Brasil.

A divulgação exigida para o BRB, referente ao 2º trimestre de 2021, enquanto Instituição do Segmento 3 (S3), contempla as tabelas de referência KM1, OV1, MR1, CCA, CC1, CC2, CR1 e CR2.

1.1. Perfil Corporativo

O BRB é um banco múltiplo, constituído sob a forma de sociedade de economia mista, cujo capital social é dividido em ações na seguinte proporção: 80,33% do Distrito Federal, 16,52% do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF e 3,15% destinadas à livre negociação no mercado (*free float*).

O BRB se destaca pela força da carteira comercial, que, em conjunto com a carteira imobiliária e rural, contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e regiões de influência. Seu Conglomerado é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco de Brasília S.A.

Atualmente, o Banco de Brasília S.A. é o único banco público estadual da Região Centro-Oeste e atua como protagonista no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência (RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

Como agente financeiro do Governo do Distrito Federal – GDF, busca sempre ser reconhecido como referência na operacionalização, execução e disseminação das políticas públicas, agregando valor à Instituição e contribuindo para sua perenidade, além de assegurar a sustentabilidade dos negócios.

Com uma rede de atendimento ampla, o BRB tem priorizado projetos e investimentos que proporcionem aos seus clientes uma melhor experiência de atendimento, oferecendo produtos e serviços completos e soluções inovadoras.

1.2. Atuação durante a Pandemia do Covid-19

Com o objetivo de minimizar os impactos financeiros econômicos da pandemia do Coronavírus, o BRB lançou dois programas de suporte à economia, o SUPERA-DF e o ACREDITA-DF.

Os programas tinham como objetivo atender às pessoas físicas e jurídicas, por meio da liberação de novos créditos com condições especiais e a suspensão do pagamento de parcelas de financiamentos já contratados, por até 180 dias. Somados os programas movimentaram cerca de R\$8,2 bilhões, com mais de 155 mil clientes atendidos e 53 mil contas abertas.

Com relação às medidas de segurança contra a Covid-19, o BRB adotou horário de atendimento exclusivo para atendimento ao público pertencente aos grupos prioritários.

Todos os esforços foram no sentido de proteger as pessoas, garantir o apoio necessário às famílias na superação dos efeitos da pandemia, melhorar a eficiência operacional, ampliar o relacionamento digital, expandir a carteira de crédito de menor risco e adaptar nosso modelo de negócio à nova realidade.

Para apoiar os colaboradores da Instituição, também foram adotadas medidas para proteção das equipes e clientes, com atendimento às diretrizes do Ministério da Saúde, monitoramento de colaboradores sintomáticos e disponibilização de testes.

1.3. Principais Indicadores

Serão apresentados, a seguir, os principais indicadores apurados no 2º trimestre de 2021, em comparação com os valores apurados no trimestre anterior:

Índice de Basileia 14,70% +0,14 p.p no trimestre 1T2021: 14,56%	Índice de Nível I 13,36% +0,18 p.p no trimestre 1T2021: 13,18%	Índice de Capital Principal 12,75% +0,17 p.p no trimestre 1T2021: 12,58 %	Razão de Alavancagem 7,12% +1,02 p.p no trimestre 1T2021: 6,10 %
Patrimônio de Referência R\$ 2.270 milhões +6,36% no trimestre 1T2021: R\$ 2.134 milhões	Capital de Nível I R\$ 2.063 milhões +6,79% no trimestre 1T2021: R\$ 1.932 milhões	Capital Principal R\$ 1.969 milhões +6,76% no trimestre 1T2021: R\$ 1.845 milhões	Capital de Nível II R\$ 207 milhões +2,22% no trimestre 1T2021: R\$ 203 milhões
RWA – Risco Total R\$ 15.447 milhões +5,37% no trimestre 1T2021: R\$ 14.660 milhões	RWA - Risco de Crédito R\$ 14.480 milhões +5,78% no trimestre 1T2021: R\$ 13.689 milhões	RWA - Risco de Mercado R\$ 11,1 milhões -22,35% no trimestre 1T2021: R\$ 14,3 milhões	RWA - Risco Operacional R\$ 956 milhões sem variação 1T2021: R\$ 956 milhões

2 – Gerenciamento de Riscos

2.1. Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais – KM1

Em 30 de junho de 2021, o Patrimônio de Referência alcançou o valor de R\$ 2.270 milhões, sendo R\$ 2.063 milhões referentes ao Nível I e R\$ 207 milhões referentes ao Nível II, permanecendo dentro da capacidade de fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo Índice de Basileia registrado de 14,70%, acima do marco regulatório de 9,63%.

A seguir, apresentamos a tabela com as principais informações dos requerimentos prudenciais:

Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais - (KM1)					
Em R\$ milhões	a	b	c	d	e
	jun/21	mar/21	dez/20	set/20	jun/20
Capital Regulamentar – valores					
1 Capital Principal	1.969	1.845	1.760	1.701	1.672
2 Nível I	2.063	1.932	1.809	1.704	1.672
3 Patrimônio de Referência (PR)	2.270	2.134	2.007	1.791	1.783
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-

Ativos ponderados pelo risco (RWA) – valores						
4	RWA total	15.447	14.660	13.725	12.727	11.963
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	12,75%	12,58%	12,82%	13,37%	13,98%
6	Índice de Nível 1 (%)	13,36%	13,18%	13,18%	13,39%	13,98%
7	Índice de Basileia	14,70%	14,56%	14,62%	14,07%	14,90%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	1,625%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	1,625%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	6,62%	6,83%	7,07%	7,62%	8,23%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	28.991	31.673	29.090	23.941	21.356
14	RA (%)	7,12%	6,10%	6,22%	7,12%	7,83%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
16	Total de saídas líquidas de caixa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
17	LCR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
20	NSFR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Tabela 1 – Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais - (KM1)

N/A = “Não se Aplica”. (O BRB não possui obrigação)

Na comparação com o trimestre anterior (mar/2021), o Patrimônio de Referência apresentou aumento de aproximadamente 6,36% (R\$ 136 milhões), em função do resultado operacional.

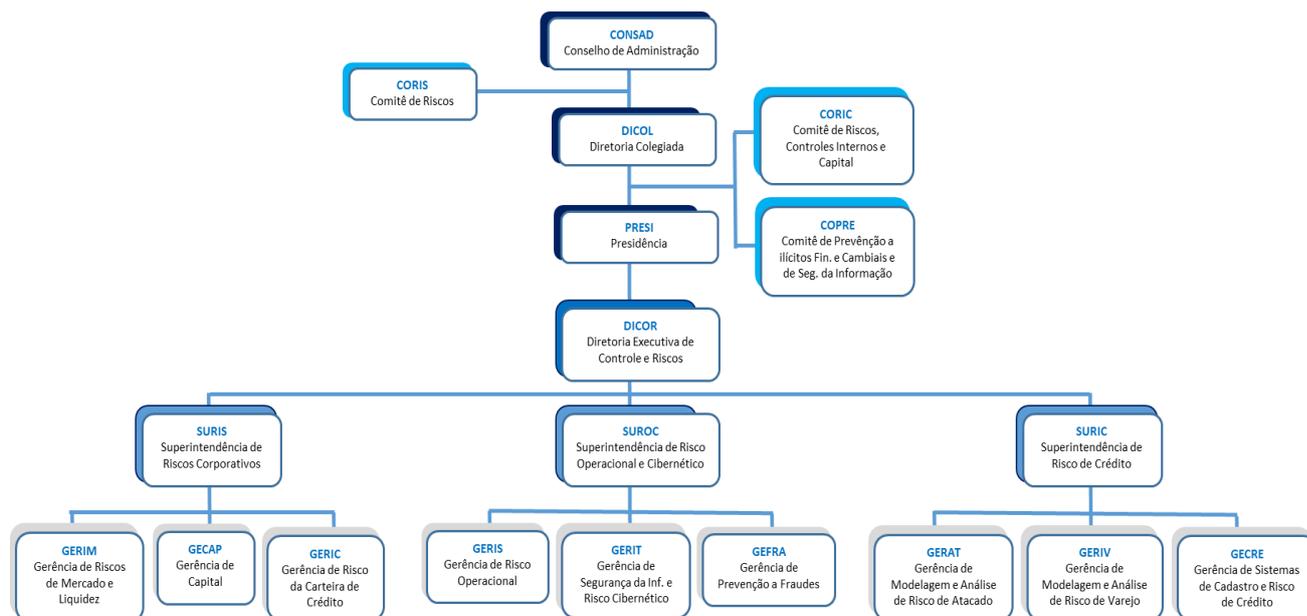
Em relação ao mesmo período do ano anterior (jun/2020), o Patrimônio de Referência apresentou crescimento de aproximadamente 27,35% (R\$ 488 milhões), em razão principalmente do resultado operacional no período, dos benefícios fiscais e da redução de despesas com IR e CSLL, da realização de créditos tributários e da emissão de LFS.

O Índice de Basileia, em 30 de junho de 2021, foi de 14,70%, registrando um aumento de 0,14 p.p. em relação a 31 de março de 2021 em virtude do incremento do Patrimônio de Referência ter sido proporcionalmente superior ao crescimento verificado nos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA. A alocação dos ativos na RWA_{CPAD} foi otimizada em função de revisão realizada no período dos parâmetros de rubricas que compõem essa parcela.

2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

a) Estrutura e Riscos Relevantes

Com o intuito de garantir a efetividade da gestão dos riscos e do capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.



A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do BRB está alinhada ao disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017, tendo em vista que a Instituição realizou ações necessárias para a devida adequação à norma. Destacam-se, dentre elas, a elaboração da Declaração de Apetite por Riscos – RAS e do Programa de Testes de Estresse – PTE, a alteração e a criação de comitês para atender as singularidades do normativo, a confecção de relatórios específicos com informações macro dos riscos e de capital para reporte tempestivo à Alta Administração e aos Comitês Consultivos, adequação das estruturas de riscos quanto ao número de gerências e quantidade de especialistas e estabelecimento de um programa de aculturação de riscos.

Para garantir a efetividade da gestão integrada dos riscos e do capital, o Banco de Brasília – BRB estabelece condições de organização, funcionamento, procedimentos e mecanismos de supervisão e mitigação de riscos.

A Diretoria Executiva de Controle e Riscos – DICOR promove e viabiliza o controle de riscos e a alocação de capital. Destaca-se, nesta estrutura, a Superintendência de Riscos Corporativos – SURIS que utiliza práticas consistentes, transparentes e integradas para calcular, monitorar e acompanhar os níveis de apetite e tolerância a riscos.

Outro destaque da estrutura, é a Superintendência de Risco Operacional e Cibernético – SUROC, que trata do planejamento e controle dos riscos não financeiros (risco operacional, risco socioambiental, risco reputacional, de imagem, cibernético e prevenção a fraudes). A SUROC promove e viabiliza o controle destes riscos, bem como dispõe de mecanismos para disseminação

da cultura de segurança cibernética na Instituição, com vistas a assegurar a implementação e a efetividade da Política de Segurança Cibernética, dos planos de ação, de resposta a incidentes e ainda garante o atendimento às normas e regulações inerentes à segurança da informação.

b) **Apetite por Riscos RAS**

Por intermédio de sua Declaração de Apetite por Riscos – RAS, o Conglomerado BRB reforça e dissemina a cultura de riscos da Instituição, direcionando os planos estratégicos e de negócios e possibilitando aos seus colaboradores o conhecimento dos principais aspectos do apetite e da tolerância a riscos.

A Declaração de Apetite por Riscos do BRB em vigor direciona a estratégia de negócios e estabelece os níveis de riscos aos quais o Banco e as demais instituições integrantes do Conglomerado Prudencial admitem estar expostos. A RAS é monitorada permanentemente e revisada anualmente, ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração.

c) **Riscos Relevantes**

A Instituição, diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança a todas as partes interessadas. Dentre os principais tipos de riscos, destacamos:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de variação das taxas de juros para os instrumentos da carteira bancária (IRRBB)
- Risco Operacional
- Risco de Liquidez
- Risco Socioambiental
- Risco Cibernético

d) **Governança e Gerenciamento de Riscos**

A governança corporativa da Instituição, pautada nas melhores práticas de mercado, gerencia os seus riscos institucionais e o seu capital por meio de decisões colegiadas, amparadas em Comitês Estatutários e Executivos específicos, que contam com a participação de membros da Alta Administração.

Principais Colegiados, Estruturas de Governança e suas Atribuições:

Conselho de Administração



Aprova e revisa a estrutura e a política de gerenciamento integrado de riscos e de capital, o programa de testes de estresse, o plano de contingência de liquidez, o plano de capital, o plano de contingência de capital e as políticas para a gestão de continuidade de negócios. Fixa os níveis de apetite por risco da instituição na RAS e os revisa, com o auxílio do comitê de riscos, da diretoria e do CRO. Assegura a aderência da

		<p>Instituição às políticas, às estratégias, e aos limites de gerenciamento de riscos, bem como aprova a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Autoriza, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos.</p>
Diretoria Colegiada	■	<p>Delibera sobre matérias pertinentes aos resultados e às atribuições de gestão de riscos, de gerenciamento de capital, de controles internos, de estados de conformidade e de prevenção a ilícitos financeiros. Aprova o modelo de atuação das áreas de riscos e de controles internos para o Conglomerado Prudencial. Garante que os processos de controle do gerenciamento de capital, a tolerância a riscos e os limites estabelecidos sejam considerados em todo o Conglomerado BRB e conduz, em conformidade com as políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos, as atividades que impliquem a assunção desses.</p>
Comitê de Riscos	■	<p>Assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções relativas à Gestão de Risco e de Capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial. Avalia os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada. Supervisiona a atuação e o desempenho do Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO) no âmbito do BRB, suas Subsidiárias, Controladas e Coligadas.</p>
Comitê de Riscos, Controles Internos e Capital	■	<p>Coordenado pela Presidência do BRB. Estabelece as normas e procedimentos para monitoração dos indicadores chave de riscos (KRI) corporativos, aprova os modelos e metodologias de gerenciamento dos riscos corporativos, dos controles internos e de planejamento de capital, avalia relatórios periódicos a respeito das matérias de sua competência e leva ao conhecimento da Diretoria Colegiada, mede e avalia o desempenho das estratégias de gerenciamento de riscos, controles internos e capital, monitora o cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos, controles internos e capital, manifesta sobre a Declaração de Apetite por Riscos – RAS e reporta à Diretoria Colegiada e ao Comitê de Riscos suas considerações.</p>
Comitê de Auditoria	■	<p>Avaliar e monitorar exposições de risco do BRB – Banco de Brasília S.A. e de suas Subsidiárias e Controladas, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a remuneração da administração, utilização de ativos e gastos incorridos em nome do Conglomerado BRB.</p>
Comitê de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais e de	■	<p>Define as políticas, diretrizes e ações de Prevenção à Fraudes, Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Segurança da informação, Segurança de Pessoas e Patrimônio, Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão Documental. Delibera por medidas e procedimentos de proteção</p>

Segurança da Informação

ao sigilo bancário, à segurança de tecnologia da informação e combate a ilícitos financeiros que afetem os canais de atendimento disponibilizados pelo BRB. Cumpre e faz cumprir o Regimento Interno do Comitê. Apresenta sugestões, indicações e propostas a serem consignadas em ata. Propõe, mediante justificativa, sobrestamento de decisões sobre matérias em exame. Representar o Comitê nos atos em que seja requerida a participação do Colegiado. Garante a revisão do Regimento Interno do Comitê, no mínimo anualmente, evidenciando o fato mediante registro em Ata de Reunião.

Diretor para Gerenciamento de Riscos (CRO – *Chief Risk Officer*)

Supervisiona o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento. Responsável pela adequação à RAS e aos objetivos estratégicos das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos. Responsável pela adequada capacitação dos integrantes da unidade específica, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros. Subsidia e participa do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o conselho de administração.

e) Disseminação da cultura de riscos

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e aculturação, o BRB conta com disseminação de conteúdo relacionado ao risco e ao capital, para todo o corpo funcional, por meio de treinamentos e da intranet, além de estabelecer certificações internas em gestão de riscos, controles internos e conformidade a todos os colaboradores.

f) Escopo e Principais Características

O escopo do gerenciamento de riscos do BRB compreende uma abordagem consolidada, possibilitando que o processo corporativo de gerenciamento de riscos possa suportar todos riscos do Conglomerado, objetivando assegurar o desenvolvimento das atividades relacionadas.

Nesse contexto, a RAS, documento estratégico para a definição do apetite ao risco da Organização, desempenha o papel de balizador para o planejamento da estratégia de negócios, conduzindo o alinhamento entre orçamento e capital, objetivando uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos.

A RAS é aplicada de forma a estabelecer limites de exposição aceitos de acordo com os impactos previstos no capital do Conglomerado Prudencial, conceito este estendido a todas as empresas controladas pelo BRB, considerando suas respectivas especificidades relacionadas à natureza de atuação.

g) Processo de Reporte

A área responsável pelo controle dos riscos e pelo gerenciamento do capital, disponibiliza à Alta Administração, por meio de boletins e relatórios gerenciais consolidados e periódicos, informações relacionadas ao acompanhamento dos riscos e do capital, com o objetivo de posicioná-los quanto ao comportamento e evolução dos principais indicadores de risco e do gerenciamento de capital.

h) Programa de Testes de Estresse – PTE

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

O BRB realiza análises de sensibilidade e também análises de cenários considerando ativos problemáticos, inadimplência, alavancagem das carteiras, aumento das taxas de juros, flutuações no passivo atuarial, flutuações em saques e depósitos e cenários integrados que possam refletir em todos os riscos.

Os testes são aplicados trimestralmente e submetidos à Alta Administração, além de serem considerados na revisão das Políticas, da RAS e do Plano de Capital.

i) Processo de Mitigação

Por meio da RAS são estabelecidos os parâmetros norteadores que devem ser observados para mitigar o risco de deslocamento quanto aos indicadores e metas estabelecidos pela Instituição, de modo a assegurar o vigor da estrutura de capital.

O monitoramento dos principais indicadores é realizado de forma sistemática, possibilitando a recomendação de medidas e procedimentos corretivos para eventuais deficiências identificadas.

A Superintendência de Riscos Corporativos – SURIS e a Superintendência de Risco Operacional e Cibernético – SUROC são unidades executoras da Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, gerenciando os mecanismos de mitigação de risco da Instituição, com o objetivo de manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis. A SURIS propõe as métricas de controle dos riscos, calcula e divulga os indicadores nas periodicidades estabelecidas, monitora e controla o cumprimento dos limites definidos na RAS, realiza simulações dos principais indicadores implementados e comunica os assuntos relacionados nas instâncias colegiadas onde o tema é abordado.

A Superintendência de Controle Institucional - SUCOI, por sua vez, realiza a validação independente dos modelos de mensuração do risco, a fim de garantir a consistência das premissas, das bases de dados utilizadas e dos resultados obtidos, que são, também, monitorados posteriormente quanto ao desempenho esperado, controlando adequadamente o risco dos modelos.

A Auditoria Interna analisa, periodicamente, a efetividade de todo o processo de gerenciamento de riscos incorridos pelo BRB.

Nesse contexto, o BRB demonstra que, mesmo em cenários severos, dispõe de estratégias com capacidade de geração dos recursos necessários para garantir a sustentabilidade de atividades críticas e serviços essenciais ao seu portfólio de clientes.

j) Gerenciamento de Capital

Em conformidade com o que descreve o art. 41 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Plano de Capital do BRB, alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, contempla as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital, além de considerar: as ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios; as projeções dos valores dos ativos e passivos, das operações não contabilizadas no balanço patrimonial, bem como das receitas e despesas; as metas de crescimento ou de participação no mercado; a política de distribuição de resultados; e os termos da RAS.

Seu objetivo principal é assegurar a existência de capital regulamentar em volume suficiente para cobertura dos riscos idiossincráticos e sistêmicos oriundos das atividades planejadas para o período e apresentar projeções dos requerimentos mínimos com base nas expectativas orçamentárias e planejamento estratégico, fornecendo perspectivas futuras de alocação de capital, bem como de situações potenciais para acionamento de alerta e contingência, as quais exigem ações específicas, também apresentadas no plano, a serem decididas em nível de diretoria e distribuídas às respectivas áreas competentes para avaliação de viabilidade e execução.

A Alta Administração estabeleceu como medida de prudência e controle da suficiência de seu Capital a adoção de margem de segurança mínima para os Índices de Basileia, Capital Principal e de Nível I, bem como para margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP, valores estes acima do mínimo regulamentar estabelecido pelo BACEN. Esses limites são os gatilhos para acionamento dos estados de alerta e de contingência de capital.

As projeções demonstram um crescimento nos valores do Patrimônio de Referência, considerando os ajustes prudenciais descritos na Resolução CMN nº 4.192/2013, e crescimento dos valores do montante dos Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA). O Conglomerado Prudencial previsto na Resolução CMN nº 4.280/2013 está contemplado nas projeções dos indicadores de capital.

Com relação ao Índice de Imobilização, que indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O BRB está enquadrado no limite máximo de 50% do Patrimônio de Referência Ajustado, fixado pelo BACEN. Quando analisada Razão de Alavancagem, que monitora a alavancagem excessiva e o consequente aumento do risco sistêmico, com impactos sobre a economia, a Instituição está acima do mínimo regulamentar, de 3%.

2.3. Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) – OV1

Em junho de 2021, o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA atingiu o valor de R\$ 15,4 bilhões, com destaque para a parcela de risco de crédito, que registrou o valor de R\$ 14,5 bilhões, representando 93,7% do total do RWA. A parcela de risco de mercado foi de R\$ 11,1 milhões e a de risco operacional R\$ 956,2 milhões.

Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA - (OV1)

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	a	b	c
	jun/21	mar/21	jun/21
0 Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	14.480	13.689	1.158
2 Risco de crédito em sentido estrito	13.977	13.180	1.118
6 Risco de crédito de contraparte (CCR)	0,0	0,1	0
7 Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	0,0	0,0	0
7a Do qual: mediante uso da abordagem CEM	0,0	0,0	0
9 Do qual: mediante demais abordagens	0,0	0,1	0
10 Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	0,0	0,0	0
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	10	36	1
13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0,0	0,0	0
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0,0	0,0	0
16 Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0,0	0,0	0
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	494	473	39
20 Risco de Mercado	11	14	1
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	11	14	1
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	0	0	0
24 Risco Operacional	956	956	76
27 Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	15.447	14.660	1.236

Tabela 2 – Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA - (OV1)

Na comparação com o trimestre anterior (mar/2021), o RWA apresentou aumento de 5,37% (R\$ 788 milhões). Esse movimento decorreu principalmente do crescimento da parcela RWA_{CPAD} em aproximadamente 5,78% (R\$ 791 milhões).

Em relação ao mesmo período do ano passado (jun/2020), o RWA apresentou crescimento de aproximadamente 29,12% (R\$ 3.484 milhões), em razão principal do expressivo aumento de 30,68% da parcela de Risco de Crédito - RWA_{CPAD} .

2.4. Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao Risco de Mercado – MR1

Em 30/6/2021, houve uma redução de 22,36% na parcela de Risco de Mercado - RWA_{MPAD} , quando comparado a 31/3/2021, devido principalmente à redução da componente RWA_{CAM} que, por sua vez, foi impactada pelo encolhimento das exposições do Banco em moedas estrangeiras.

Ressalta-se que, ao longo do 2º trimestre de 2021, o Conglomerado BRB não teve exposições da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros. Por este motivo, em jun/2021, os valores das componentes RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} e RWA_{JUR4} foram iguais a zero.

Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado - (MR1)

		a
em milhões		jun/21
Fatores de Risco		RWA _{MPAD}
1	Taxas de juros	0,0
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	0,0
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	0,0
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	0,0
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	0,0
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	0,0
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	10,0
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	1,1
9	Total	11,1

Tabela 3 – Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado - (MR1)

2.5. Qualidade creditícia das exposições - CR1

A tabela seguinte fornece a visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial:

Qualidade creditícia das exposições - (CR1)					jun-21
Em R\$ milhões					
		valor bruto			
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido	
	a	b	c	a+b-c	
1	Concessão de crédito	278	18.539	496	18.321
2	Títulos de dívida	-	6.776	5	6.771
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	-	6.496	-	6.496
2b	dos quais: outros títulos	-	280	5	275
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	5.035	-	5.035
4	Total	278	30.350	501	30.127

Tabela 4 – Qualidade creditícia das exposições (CR1).

2.6. Mudanças no estoque de operações em curso anormal - CR2

A tabela abaixo identifica as mudanças no estoque de operações em curso anormal entre dois períodos, considerando as operações reportadas na tabela CR1.

Mudanças no estoque de operações em curso anormal - (CR2) jun/21
Em R\$ milhões

	Saldo
1 Valor das operações em curso anormal no final do período anterior (31/12/2019)	272
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	169
3 Valor das operações reclassificadas para curso normal	-
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	91
5 Outros ajustes	1
6 Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	278

Tabela 4 – Mudanças no estoque de operações em curso anormal (CR2).
2.7. Composição do Patrimônio de Referência (PR) - CC1

Abaixo, é apresentado o detalhamento da composição do Patrimônio de Referência (PR), conforme a Resolução nº 4.192, de 2013.

Composição do Patrimônio de Referência (PR) jun/21
Em R\$ milhões

	a	b
Capital Principal: instrumentos de reservas	Valor (R\$ mil)	Referência no Balanço do Conglomerado
1 Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	1.300	a
2 Reservas de lucros	1.032	b
3 Outras receitas e outras reservas	-183	c/d
5 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Principal do conglomerado	185	e
6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.334	
Capital Principal: ajustes prudenciais		
7 Ajustes prudenciais relativos a apereçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	0	
8 Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	0	
9 Ativos intangíveis	174	f/g
10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	0	h
11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	0	
15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefícios definidos	0	
16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
17 Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	0	
18 Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	0	

19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	185
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	5
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	0
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	0
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	5
26	Ativos regulatórios nacionais	0
26a	Ativos permanentes diferidos	0
26b	Investimentos em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	0
26d	Aumento de capital social não autorizado	0
26e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	0
26f	Depósito para suprir deficiência de capital	0
26g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
26h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	0
26i	Destaque do PR	0
26j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	0
27	Ajustes regulatórios aplicados ao capital Principal em função de insuficiência do capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	0
28	Total das deduções regulatórias ao Capital Principal	365
29	Capital Principal	1.970
Capital complementar: instrumentos		
30	Instrumentos Elegíveis ao Capital Complementar	94
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	0
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	94
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar	0
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	94
Capital Complementar: deduções regulatórias		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	0

39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
41	Ajustes regulatórios nacionais	0	
41b	Participação de não controladores no Capital Complementar	0	
41c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	0	
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	0	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	0	
44	Capital Complementar	94	
45	Nível I	2.063	
Nível II: instrumentos			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	207	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	0	
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	207	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	0	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
56	Ajustes regulatórios nacionais	0	
56b	Participação de não controladores no Nível II	0	
56c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	0	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	0	
58	Nível II	207	
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	2.270	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	15.447	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índices de Capital Principal (ICP)	12,75%	
62	Índice de Nível I (INI)	13,36%	
63	Índice de Basileia (IB)	14,70%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	1,63%	
65	do qual: adicional para conservação de capital – ACPConservação	1,63%	

66	do qual: adicional contracíclico – ACPContracíclico	0%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal – ACPSistêmico	0%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	6,62%
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco		
72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	0
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	0
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)		
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	0
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	0

Tabela 5 – Composição do Patrimônio de Referência - PR (CC1)

2.8. Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial - CC2

A origem, no balanço patrimonial publicado, dos valores informados na Tabela CC1 é demonstrada pela tabela a seguir:

Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial - (CC2)			jun/21
Em R\$ milhares	a	b	c
Balanço Patrimonial Consolidado	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
ATIVOS	27.702.574	27.746.511	
Disponibilidades	209.440	209.437	
Instrumentos Financeiros	25.783.072	25.752.622	
Provisão Para Perda Esperada Associada ao Risco de Credito	-476.881	-465.530	

Outros Ativos	1.421.466	1.416.573	
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	-150	-150	
Créditos Tributários	502.784	495.073	
<i>Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias</i>	261.183	253.472	
<i>Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL</i>	191	191	h
<i>Outros Créditos Tributários</i>	241.410	241.410	
Investimentos em Coligadas e Controladas	0	86.931	
Imobilizado de Uso	251.952	235.259	
Intangível	352.929	344.177	f
Depreciação e Amortização	-342.038	-327.881	
<i>Imobilizado</i>	-165.059	-157.572	
<i>Intangível</i>	-176.979	-170.309	g
PASSIVO	25.368.111	25.412.048	
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	22.620.375	22.741.266	
Outras Obrigações	1.660.481	1.584.437	
Passivo Atuarial	393.116	393.116	
Provisões	643.536	642.626	
Obrigações Fiscais Diferidas	50.603	50.603	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.149.185	2.149.185	
Capital	1.300.000	1.300.000	a
Reserva de Capital	0	0	d
Reservas de Lucros	1.031.804	1.031.804	b
Outros Resultados Abrangentes	-182.619	-182.619	c
Participação de Não Controladores	185.278	185.278	e
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	2.334.463	2.334.463	
TOTAL	27.702.574	27.746.511	

Tabela 6 – Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial - (CC2)

2.9. Instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) – CCA

A tabela contendo as principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) – Capital Complementar e Nível II do Conglomerado BRB, está disponível na página do BRB, no endereço eletrônico <http://ri.brb.com.br/governanca-corporativa/relatorio-de-gestao-de-risco/> e em formato de dados abertos no endereço www.dadosabertos.bcb.gov.br do Banco Central do Brasil.